O AECT Minho considera as medidas para abrir a fronteira com Portugal "insuficientes" e irá incrementar os protestos

Os 26 municípios pontevedrenses e portugueses do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial AECT Rio Minho convocaram uma nova reunião esta segunda-feira com urgência para analisar o que classificam como "desconhecimento total e persistente" dos governos centrais de Madrid e Lisboa sobre a realidade do território minhoto – o de maior circulação de toda a fronteira ibérica. A intenção do encontro, segundo o vice-diretor Uxío Benítez, é avançar com novos protestos em defesa dos interesses dos trabalhadores transfronteiriços e do transporte de mercadorias, bem como de muitas empresas atingidas "pelo calvário diário do engarrafamento do posto transfronteiriço de Tui-Valença ".

Este encontro entre os autarcas do AECT Río Miño surge após a publicação do gabinete do Ministério da Administração Interna do Governo de Portugal que mantém a Ponte Internacional de Tui–Valença como único ponto de passagem autorizado durante 24 horas, com a novidade da abertura parcial da ponte Arbo–Melgaço, três horas pela manhã e três horas pela tarde, prolongando-se esse mesmo horário parcial em Salvaterra–Monção.

Os dirigentes de ambas as margens do rio Minho assumem por unanimidade as dificuldades decorrentes da pandemia de Covid-19 e a necessidade de ações efetivas para combatê-la. No entanto, sublinham que a abertura de todos os postos "em nada contradiz o objetivo de salvaguardar a saúde pública".

“Essa mudança de postos fronteiriços autorizados pelo despacho é ‘atirar areia aos olhos’ dos autarcas e das suas populações, pois não satisfaz em absoluto as reivindicações anteriormente expostas, além de manter o calvário do engarrafamento do trânsito em Valença-Tui e de reiterar a indisponibilidade do Governo para arcar com os custos de mais postos fronteiriços autorizados, querendo transpor para os trabalhadores grande parte dessa carga”, sublinha Benítez, que acrescenta que apenas se pretende facilitar o trânsito às pessoas autorizadas.

O vice-diretor Uxío Benítez anuncia uma reunião urgente dos municípios do Minho para a próxima segunda-feira,na qual serão decididas novas medidas de pressão

Benitez sublinhou que não existem razões objetivas para não se abrirem todos os postos “mas apenas razões tomadas por governos distantes e sem conhecimento”, por isso apelou a um “esforço superior” a Madrid e Lisboa na compreensão da realidade da fronteira minhota para dotar de meios os pontos de passagem autorizada.

Neste sentido, lembrou que a ponte de Tomiño-Vila Nova de Cerveira -que por enquanto irá permanecer encerrada após as últimas alterações- é a 5ª com mais circulação de viaturas de 64 em toda a fronteira entre Espanha e Portugal. Ele mencionou que nas proximidades deste viaduto se situa o parque empresarial de Cerveira, com 4.300 trabalhadores, dos quais mais de mil são galegos. “Existe uma relação comercial umbilical entre um lado e o outro. Tui-Valença fica a 16 km e A Guarda a 27 km. A passagem pela ponte da Amizade encurtaria as distâncias acumuladas que todo o pessoal laboral tem de

atravessar de maneira forçada”, enfatizou.

“Não abrir todos os postos é um castigo para o exercício da atividade laboral dos milhares de trabalhadores”

“Não abrir todos os postos é um castigo para o exercício da atividade laboral dos milhares de trabalhadores considerados essenciais para a dinâmica económica dos dois países”, insistiu o nacionalista, que sublinhou que a situação suscita “enorme preocupação e inquietação tanto nos autarcas quanto nos empresários da região e no transporte de mercadorias ”.

Ele frisou que após tomarem conhecimento da decisão do Ministério da Administração Interna de Portugal, os municípios fronteiriços já receberam emails importantes de trabalhadores transfronteiriços e empregadores de grandes empresas para “partilharem o relatório da sua situação de desgaste e angústia a nível pessoal, económico e profissional, pela necessidade de percorrer dezenas em quilómetros de desvios”.

“Uma vez mais, as populações da fronteira minhota estão a ser tratadas como ‘parentes pobres’ pelos governos de Portugal e Espanha”, concluiu Benítez.